

Visualidades políticas e ativismos contranormativos: direitos LGBTQIA+ em pauta no Brasil contemporâneo

Desidério, Ricardo ¹

Vieira Filho, Maurício João ²

RESUMO

Desafiar normas e abrir armários são ações políticas de resistência e de luta. Sejam nas Paradas do Orgulho LGBTQIA+ que preenchem as ruas com re-existências, sejam nos movimentos on-line que adentram plataformas digitais para expandir as visibilidades, todos esses processos comunicacionais representam iniciativas de deslocamento dos ordenamentos cisheterocentros de saber e poder. O objetivo deste artigo, de caráter teórico-reflexivo, é propor uma discussão da emergência de ações em espaços físicos e digitais, cuja mirada é desestabilizar normatividades de gênero e sexualidade na empreitada de movimentar e (r)existir. Nesse sentido, o texto se apresenta, primeiro, com as miradas queer e decoloniais que desmontam dualidades/binarismos. Em seguida, pelas artes e pelos ativismos. Logo, reitera-se a necessidade da luta por direitos humanos LGBTQIA+, articulando-se também com as artes, o que projeta ao mundo visões e vozes que foram e ainda são invisibilizadas no atual cenário conservador do país.

Palavras-chave: visualidades; ativismos; Brasil contemporâneo; estudos queer e decoloniais; direitos LGBTQIA+.

Political visualities and counter-normative activisms: LGBTQIA+ rights on the agenda in contemporary Brazil

ABSTRACT

Challenging norms and opening closets are political actions of resistance and struggle. Whether in the LGBTQIA+ Pride Parades that fill the streets with re-existences, or in the online movements that enter digital platforms to expand visibilities, all these communicational processes represent initiatives to displace the cisheterocentric orders of knowledge and power. The aim of this article, of a theoretical and reflective nature, is to propose a discussion of the emergence of actions in physical and digital spaces, the aim of which is to destabilize gender

¹ Universidade Estadual do Paraná. Professor do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento - PPGSeD/UNESPAR, campus de Campo Mourão e também do Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional (PROFEI). Email: ricardo.desiderio@unespar.edu.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0871407652290726>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2779-2696>.

² Universidade Federal de Juiz de Fora. Doutorando em Comunicação na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Atualmente, é bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Email: mauriciovieira@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6714652801645355>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9638-7390>.

and sexuality norms in the endeavour to move and (r)exist. In this sense, the text is presented first with queer and decolonial perspectives that dismantle dualities/binarisms. Then, through the arts and activism. This reiterates the need for the fight for LGBTQIA+ human rights to also be articulated with the arts, which projects visions and voices to the world that have been and still are invisible in the country's current conservative scenario.

Keywords: visualities; activism; contemporary Brazil; queer and decolonial studies; LGBTQIA+ rights.

Visualidades políticas y activismos contranormativos: los derechos LGBTQIA+ en la agenda del Brasil contemporáneo

RESUMEN

Desafiar las normas y abrir los armarios son acciones políticas de resistencia y lucha. Ya sea en los desfiles del Orgullo LGBTQIA+ que llenan las calles de re-existencias, o en los movimientos online que entran en las plataformas digitales para ampliar las visibilidades, todos estos procesos comunicacionales representan iniciativas para desplazar los órdenes cisheterocéntricos del saber y del poder. El objetivo de este artículo, de carácter teórico y reflexivo, es proponer una discusión sobre el surgimiento de acciones en espacios físicos y digitales, cuyo objetivo es desestabilizar las normas de género y sexualidad en el empeño de moverse y (r)existir. En este sentido, el texto se presenta, en primer lugar, con perspectivas queer y decoloniales que desmontan dualidades/binarismos. Le siguen las artes y los activismos. A continuación, se reitera la necesidad de que la lucha por los derechos humanos LGBTQIA+ se articule también con las artes, que proyectan al mundo visiones y voces que han sido y siguen siendo invisibilizadas en el actual escenario conservador del país.

Palabras clave: visualidades; activismos; Brasil contemporáneo; estudios queer y decoloniales; derechos LGBTQIA+.

INTRODUÇÃO



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.9 e262634 [2024]
**Dossiê Experimentações culturais cotidianas,
diversidade, movimentos de resistência e
criação: ou sobre outras éticas, estéticas,
poéticas e políticas de vida**
<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262634>

A luta por direitos humanos travada pela comunidade LGBTQIA+³ é longa e, diariamente, há desafios a serem superados. Desde o marco histórico de *Stonewall Inn*, em 1969, na cidade de Nova York, notam-se articulações que tomaram as ruas contra os regimes de repressão do Estado, os quais legitimavam ações policiais de violências e mortes. Renan Quinalha (2022) expande essa discussão ao salientar como ativismos políticos se organizaram na Inglaterra do século XIX, no contexto americano pós-Segunda Guerra Mundial e no Brasil atual. Cada um a seu modo e em seu tempo, mas com um elo comum que pode ser sintetizado desde o estopim de *Stonewall Inn*: “as pessoas LGBTI+ expressavam seu orgulho e já não queriam mais voltar aos guetos e armários nas noites seguintes” (Quinalha, 2022, p. 81).

Recentemente, no Brasil, a ascensão do conservadorismo da extrema-direita política fez com que, a partir dos anos 2010, ataques se sistematizassem contra quaisquer diferenças de gênero e sexualidade, perseguindo-as e violentando-as. Por meio da alcunha de “pânico moral/sexual”, as diferenças de gênero, por exemplo, foram assimiladas por interesses político-sociais como “ideologia” no Brasil contemporâneo com a finalidade de apagar as memórias, impedir a aparição das pessoas LGBTQIA+ no cenário público e atrapalhar a obtenção e o avanço de direitos (Miskolci, 2021). Em 2022, esses projetos de violências resultaram em 256 mortes violentas de pessoas LGBTQIA+, cuja maior porcentagem, 94,5%, representa homicídios. Tais dados, mesmo envolvidos por subnotificações, apontam que o país permanece no topo dos assassinatos, conforme o relatório divulgado pelo Grupo Gay da Bahia (GGB) a partir de dados coletados em matérias jornalísticas⁴.

No entanto, esse contexto mais recente, que resultou na vitória eleitoral de Jair Bolsonaro, que foi presidente do Brasil entre 2019 e 2022, possui mais camadas históricas de violências que se entrelaçam ao contemporâneo. Durante a ditadura militar no Brasil, que aconteceu de 1964 a 1985, a

³ Neste artigo, o acrônimo LGBTQIA+ é articulado ao longo de todo o texto, ciente de que outras representações da sigla emergem em diferentes autores e autoras, os quais preservamos nas citações e referências. No entanto, é importante reconhecer que a tendência da sigla é ser representada discursivamente cada vez mais em expansão com o intuito de visibilizar e marcar um lugar para diferentes expressões e identidades de gênero e sexualidade.

⁴ O GGB realiza um trabalho em prol dos direitos desde o começo da década de 1980 no Brasil. O relatório mencionado está disponível para consulta no site: <https://cedoc.grupodignidade.org.br/2023/01/19/mortes-violentas-de-lgbt-brasil-observatorio-do-grupo-gay-da-bahia-2022/>. Acesso em: 24 set. 2023.



perseguição e a matança se disseminaram com vigor contra a população LGBTQIA+, sobretudo pessoas trans e travestis, como foi a *Operação Tarântula*, conduzida pela polícia paulista, cujas ações tinham o propósito de caçar e eliminar essas vidas sob a pretensão de uma “limpeza social”⁵ (Nascimento, 2023). Essa historicidade de crimes contra a população LGBTQIA+ reverbera, hoje, como relatado por Avelar (2023), com o fato de o Brasil possuir, entre janeiro e março de 2023, 69 projeto de lei antitrans, dos quais, a maioria, foi apresentada por deputados do Partido Liberal (PL), organização política alinhada ao que se pode entender como direita/extrema-direita, em que estão filiados o ex-presidente citado e Nikolas Ferreira, deputado federal que possui discursos arraigados pelo ódio e pela transfobia — além de ter sido o candidato mais votado do Brasil nas eleições de 2022. A visada dos projetos de lei propostos ao nível municipal, estadual ou federal tem o intuito de retirar direitos, como linguagem neutra — dos 69, 21 projetos miram no debate da linguagem inclusiva a fim de desqualificá-lo —, saúde, esporte, educação e banheiro — outro tópico que sempre ganha ascensão na direita para reprimir pessoas trans, travestis e não-binárias de ter direito de ir ao banheiro para necessidades fisiológicas. Não é à toa que um projeto de lei, de relatoria inicial do deputado do PL Pastor Eurico, vai ao plenário da Câmara dos Deputados em setembro de 2023 para discussão pela proibição do casamento homoafetivo no Brasil, tendo em vista determinar que essas uniões não configurariam casamento ou família.

Em uma breve recuada histórica para o começo dos anos 2010, quando a direita política voltou a ganhar ascensão no país, o Supremo Tribunal Federal (STF)⁶ se destacou no

⁵ Sobre resistências e memórias, indicamos aos/às leitores/as que vejam a primeira temporada da série audiovisual “LGBT+60: Corpos que Resistem”, disponível no *YouTube* e no site do *Projeto Colabora*. Em seis episódios, são narradas cinco vidas que passaram por situações de extrema precariedade em razão das perseguições da ditadura militar no Brasil: João Nery, Martinha, Anyky, Yone e João Silvério. Disponível em: <https://projetocolabora.com.br/especial/lgbt60-corpos-que-resistem/>. Acesso em: 1 abr. 2023.

⁶ As reações conservadoras durante o primeiro governo Dilma também extravasaram a esfera dos direitos LGBTQIA+ e se dirigiram contra as políticas de ações afirmativas implementadas no ensino superior, em 2012, e com a “PEC das domésticas”, conjunto de medidas que visavam garantir os direitos trabalhistas de funcionárias do lar, em 2013 (Miskolci, 2021). Ou seja, evidencia-se que os conservadorismos se organizam para atacar as questões de gênero e sexualidade como “bode expiatório”, porém os retrocessos visam limitar, de modo mais amplo, os direitos de minorias sociais.



[...] reconhecimento de uniões entre pessoas do mesmo sexo (2011) e a posterior igualação ao casamento (2013) — coincidentes com o Governo Rousseff — assim como — já durante o governo de extrema-direita de Bolsonaro — na criminalização da homofobia, igualando-a ao crime de racismo (2019) (Miskolci, 2021, p. 55).

Mesmo com um governo em vigência alinhado ao espectro da esquerda política (primeiro governo de Dilma Rousseff 2011-2014), do qual se esperava por certa concordância do poder Executivo às pautas de direitos humanos e de reconhecimento das diferenças, teve-se um avanço de políticos conservadores e de direita ocupando cargos de expressividade, como o pastor e deputado Marco Feliciano que assumiu, em 2013, a presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara dos Deputados. Essa seara enevoadada de controvérsias aponta para o protagonismo do STF, ao invés do Executivo, na proposição de direitos humanos que pensem as diferenças frente às constantes ameaças. Lembra Richard Miskolci (2021) que a abordagem de gênero, por exemplo, não significa assimilar tais questões como associadas exclusivamente a uma pauta política da esquerda, tampouco pelo oportunismo da direita em tratar como uma “ideologia”.

Antônio Pierucci (2013) convoca a reflexão, a partir de resultados de pesquisas que realizou em São Paulo nos anos 1980, mas que nos soam atuais e cada vez mais demonstram as consequências políticas e sociais no Brasil, de que não se pode ter inocência na mobilização da “diferença” como um conceito que o campo à esquerda política trata por meio de uma urgência dos movimentos sociais. Temos que saber que a “diferença” emerge e é parte do que a direita articula, isto é, uma tentativa de reconhecer que “todos são diferentes por natureza”, mas aquilo que ameaça o projeto conservador deve ser exterminado por colocar seus integrantes e aliados em um patamar de intimidação. Diante dos imbróglis que a diferença traz para pensar caminhos progressistas, faz-se necessário entendê-la como um conjunto de potencialidades de atualização que subvertem um ordenamento ou uma hegemonia, na esteira do pensamento de Rennan Mafra e Ângela Marques (2019). As diferenças atualizam discursos e ações a partir do deslocamento que provocam ao aparecerem. Por outras palavras, as diferenças se erguem dentro de contextos, atualizando-os e constituindo-os, assim como afetam os indivíduos e alteram, atualizam, chocam, provocam e irrompem contra perspectivas que se anunciam como sólidas (Mafra; Marques, 2019).



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.9 e262634 [2024]
**Dossiê Experimentações culturais cotidianas,
diversidade, movimentos de resistência e
criação: ou sobre outras éticas, estéticas,
poéticas e políticas de vida**
<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262634>

Parece, assim, que caminhos de insurgência que conseguem deslocar regulações, normatividades e dominações se dão pela arte. Quando pensamos na cultura em interface com as artes, notam-se dimensões indissociáveis, visto que não é possível pensá-las separadamente, e sim entrelaçadas por se co-constituírem, se atravessarem e se afetarem. Ambas não são dimensões fechadas, mas em constante atualização e transformação no contemporâneo (Coli, 1995; Santos, 2006; Santaella, 2008). Por tais motivos, ao procurar refletir sobre direitos humanos em uma sociedade crivada por complexidades advindas do recrudescimento da direita e dos atos de conservadorismo, apostar na capacidade das artes em provocar, subverter e questionar o mundo é dar a ver políticas de visualidade em construção que podem captar e afetar diferentes pessoas e cenários. Juntamente à tonificação das artes no contemporâneo pelas aberturas das mídias e das plataformas que permitem expandir os alcances, vale perceber as articulações dos ativismos como um gesto de posicionamento e problematização do tempo histórico, das estruturas sociais e dos arranjos políticos de determinada conjuntura.

Com essas notas de abertura, o objetivo deste artigo, de caráter teórico-reflexivo, é propor uma discussão da emergência de ações em espaços físicos e digitais, cuja mirada é desestabilizar normatividades de gênero e sexualidade na empreitada de movimentar e (r)existir, tendo, assim, como abordagem metodológica, pesquisas bibliográficas que fundamentam tais reflexões juntamente à mobilização de acontecimentos que emergiram no país. O texto se apresenta, primeiro, com as miradas queer e decoloniais que desmontam dualidades/binarismos a fim de repensar marcadores sociais das diferenças e visar práticas e experiências de mundos construídos a partir de nossa existência. Em seguida, pelas artes e pelos ativismos, tensionam-se ações que se espraiam por múltiplos espaços e estimulam reflexões sobre o mundo. Por esse percurso de reflexão proposto no artigo, há um indício que se desponha com vigor diante de nós: “aos setores oprimidos só resta aquilo que sabem fazer melhor: criar”, escreve João Silvério Trevisan (2018, p. 536). Criar pelas artes, seja a materialidade audioverbovisual que for, expande os meios de tensionar aquilo que se apresenta como pronto e fechado por organizações e sujeitos que visam impedir as aparições públicas da diferença, bem como gera produções de resistência política e de assegurar a existência em um mundo/país/sociedade LGBTfóbico.



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.9 e262634 [2024]
**Dossiê Experimentações culturais cotidianas,
diversidade, movimentos de resistência e
criação: ou sobre outras éticas, estéticas,
poéticas e políticas de vida**
<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262634>

Apontamentos sobre questões de gênero, sexualidade e das diferenças

Constituídas pela produção de conhecimentos, por dinamismos, pelas memórias e por diversidade, nas culturas ocorrem movimentos de construção de sentidos fundamentais para o que será reverberado socialmente (Santos, 2006). Nessas dimensões culturais, percebe-se como os corpos são controlados de modo pedagógico pelas ações biopolíticas, como explicou Michel Foucault (2023) na genealogia do poder, as quais demarcam quais corpos são dignos de serem respeitados, quais serão silenciados e apagados. Esse empreendimento vai se desenvolvendo por reforços cotidianos das narrativas que naturalizam as normas pelas repetições, tomando os corpos como centrais a partir de demarcações.

Importante salientar que tais significações atribuídas aos corpos emergem dos passados coloniais, os quais estruturam modos de apreensão da sociedade por determinadas balizas de saberes, como traz Aníbal Quijano (2005), e seguem em atualização pelos diferentes mecanismos normativos. Segundo Oyèrónké Oyěwùmí (2004, p. 1), “a ideia de modernidade evoca o desenvolvimento do capitalismo e da industrialização, bem como o estabelecimento de estados-nação e o crescimento das disparidades regionais no sistema-mundo”. Isso traz para o horizonte de compreensão que categorias como gênero, sexualidade e raça advêm de interesses colonizadores e modernos cujos fins são classificatórios para os indivíduos e demarcadores de ações de exploração, violência e dominação em sistemas de subalternização. Tais perspectivas decoloniais trazem ao debate o questionamento dos binarismos e a organização da cultura ocidental com base nos ideais de modernidade centrada na Europa colonizadora. É fundamental se levantar frente às construções narrativas que imperam de modo hegemônico na sociedade e insurgir diante aos mecanismos de apagamento social e de exclusão de direitos humanos.

Ainda no texto de Oyèrónké Oyěwùmí (2004), há uma passagem central que possibilita avançar para pensar o Brasil contemporâneo e a alçada moral em nome de preservar a “família” patriarcal. Em um raciocínio para entender as margens que circunscrevem o conceito de gênero na cultura ocidental, Oyèrónké Oyěwùmí (2004) mostra como a família nuclear americana e europeia tenta se fixar como modelo cujo empreendimento visa uma totalização universalizante; porém, outras formas de família são explicitadas pela



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.9 e262634 [2024]
**Dossiê Experimentações culturais cotidianas,
diversidade, movimentos de resistência e
criação: ou sobre outras éticas, estéticas,
poéticas e políticas de vida**
<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262634>

pesquisadora ao mostrar as sociedades africanas. Nessas estruturas familiares, as categorias de gênero e racialidade não se encaixam e só servem aos interesses de dominação e exploração. Com essa explicação, aponta-se como a subversão do que é tido como instituição familiar deve ser algo a ser empreendido socialmente, assim como tentar romper com universalismos e binarismos, identificando as singularidades e as especificidades que emergem com as diferenças. No Brasil, há esforços sistemáticos, com grande prevalência nos setores de direita e ultradireita política, como já apresentado neste artigo, de tentar “preservar” esse modelo familiar, o que gera uma aniquilação de possibilidades outras de união e de direitos para pessoas LGBTQIA+.

Com os estudos queer, desponta-se um interesse em estranhar, tal como a tradução e a reapropriação semântica do termo trazem. Judith Butler (2019) acentua como os corpos são criados por nós, mesmo com as normas operando discursivamente de modo performativo nas relações. Isso significa que, para a filósofa, os corpos se inscrevem na cultura, afetando-a e sendo afetados por ela. Todavia, há empreendimentos pedagógicos que operam uma processualidade cuja finalidade é regulatória, educativa e de circunscrição de limites de como ser, agir e se relacionar. A agência dos indivíduos frente às normas é uma ação ativa de resistência dentro das relações de poder. Nesse sentido, trata-se de encontrar brechas por meio das quais se questiona como os ordenamentos normativos se apresentam de tal forma e como os discursos que os constroem são falhos. Logo, não são regimes naturais, fechados ou prontos, como muitas organizações, políticos e diferentes setores da sociedade tentam assinalar, mas são construídos, em permanente atualização e instabilidade.

Se “uma multiplicidade de sinais, códigos e atitudes produz referências que *fazem sentido* no interior da cultura e que definem (pelo menos momentaneamente) quem é o sujeito” (Louro, 2020, p. 77, grifos da autora), é preciso que, para significar e adquirir aderência, sejam repetidos por discursos, de maneira tácita ou evidente, como entoado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, à época parlamentar, que seria incapaz de amar um filho gay⁷.

⁷ A frase dita por Jair Bolsonaro completa foi: “Seria incapaz de amar um filho homossexual. Não vou dar uma de hipócrita aqui: prefiro que um filho meu morra num acidente do que apareça com um bigodudo por aí. Para mim ele vai ter morrido mesmo”, em 2011, para uma entrevista publicada na revista *Playboy*. Essa é uma entre tantas frases proferidas por Jair Bolsonaro. Confira o livro “Bolsonaro e seus seguidores: o horror em 3.560 frases”, de Walter



Também pelo deputado do PL Nikolas Ferreira que subiu ao púlpito da Câmara dos Deputados, em 8 de março de 2023, e disse: “as mulheres estão perdendo seu espaço para homens que se sentem mulheres”, em um discurso constituído por transfobia, que continua com: “mulheres, retomem sua feminilidade, tenham filhos, amem a maternidade, formem sua família”⁸. Frases como essas contribuem para os dados apresentados pelo GGB sobre as mortes de pessoas LGBTQIA+ no Brasil, assim como para ações de ódio cotidianas e de negligenciamento de discussões por direitos humanos. É preciso, portanto, movimentar-se pela afirmação das diferenças, de estranhar sujeitos como esses que alcançam cargos de poder no país e usam do estatuto político alcançado para vociferar discursos de ódio, de provocar rupturas nas abjeções que atacam pessoas que desviam dos esquemas normativos e de práticas hegemônicas.

O que se vê com prevalência no Brasil contemporâneo, fundamentalmente ao se mirar para os representantes políticos que votam e propõem projetos de lei, é a ferida colonial patente. Há uma tentativa sistemática de reiterar uma única narrativa que considere os interesses, sobretudo, de homens cisgênero, heterossexuais e brancos que prevalecem na tentativa de imperar uma história — deve-se lembrar que no curso da historiografia ocidental são esses sujeitos, assimilados como universais, que escolhem quais serão os direitos das pessoas, de tal maneira que conservem seus privilégios. O gesto decolonial é uma ação, com a qual nossos olhos e ouvidos se abrem para questionar o que se cristalizou como saber e poder na cultura. É central travar uma disputa para encontrar brechas por meio das quais outros caminhos e encruzilhadas, tomando um termo de Gloria Anzaldúa (2010), possam ser abertos. Ou ainda, seguindo os ensinamentos de Gloria Anzaldúa (2019), contestar, ser combativo, contrapor pelas fronteiras. Em articulação com as proposições queer, uma aposta de subversão pode ser com as artes e os ativismos, em um sentido de marcar lugares em um mundo colonial, experimentar outras relações e de escancarar as lutas dos movimentos organizados por direitos humanos, que, de fato, sejam

Barretto Júnior (2022), cujo material é importante para outros estudos que busquem refletir a temática dos direitos humanos no Brasil e traçar uma historicidade dos discursos.

⁸ Esse discurso aconteceu na tribuna da Câmara dos Deputados no Dia Internacional da Mulher. Os detalhes do acontecimento podem ser consultados em: <https://www.poder360.com.br/congresso/nikolas-ferreira-faz-discurso-transfobico-no-dia-da-mulher/>. Acesso em: 29 set. 2023.



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.9 e262634 [2024]
**Dossiê Experimentações culturais cotidianas,
diversidade, movimentos de resistência e
criação: ou sobre outras éticas, estéticas,
poéticas e políticas de vida**
<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262634>

reconhecidos pelas singularidades, historicidades e afetações trazidas pelas emergências das diferenças.

Artes e ativismos no Brasil contemporâneo: diferenças em tensão

Antes de tudo, é preciso situar a perspectiva de arte com a qual este artigo se estrutura. Em diálogo com Jorge Coli (1995), as artes são produções de conhecimento com as quais há objetivos de um artista para expressar algo, mas que escapam a qualquer formulação discursiva. Por outras palavras, há dimensões estéticas de ordem sensível que afetam cada indivíduo de uma maneira singular, possibilitando chegar a lugar imprevisíveis, desenvolver conhecimentos, abrir caminhos mais reflexivos e questionadores do mundo. É nessa toada que Jorge Coli (1995) evidencia que a arte se transforma, atualiza-se com frequência, permite a emergência de múltiplos sentidos, assim como se situa nos elementos culturais de determinado tempo-espço.

Entender as artes por essa via da polissemia, das atualizações e das complexidades permite avançar com olhares direcionados ao Brasil, fundamentalmente a partir dos anos 2010 em diante. Nesse cenário, atravessado e constituído por moralidades e conservadorismos, vêm à tona critérios assimilados por grupos à direita como válidos e convenientes para julgar se determinada produção é arte ou não. Jorge Coli (1995, p. 10) assinala que, “para decidir o que é ou não arte, nossa cultura possui instrumentos específicos. Um deles, essencial, é o discurso sobre o objeto artístico ao qual reconhecemos competência e autoridade”, ou seja, são parâmetros discursivos recorridos por críticos e historiadores, por exemplo, significados na cultura, mas em permanente atualização. No entanto, no Brasil, há uma tentativa advinda de tais grupos políticos em delimitar um universalismo de critérios com vistas a eliminar toda a emergência de arte que seja contrária ao que pregam, que denunciam as violências na sociedade e que tentam apontar caminhos de reflexão.

Um exemplo que marca a história recente do Brasil ocorreu em agosto de 2017, em Porto Alegre, com a exposição *Queermuseu: cartografias da diferença na arte brasileira*, que reunia 223 obras de 84 artistas. Cabe retomar que, conforme João Silvério Trevisan (2018, p. 474), “com um admirável senso de oportunidade, o campo conservador apropriou-se do conceito de ideologia de gênero e o tornou uma das suas bandeiras em inúmeros países, inclusive o



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.9 e262634 [2024]
**Dossiê Experimentações culturais cotidianas,
diversidade, movimentos de resistência e
criação: ou sobre outras éticas, estéticas,
poéticas e políticas de vida**
<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262634>

Brasil”. Inspirados por um ímpeto de conservar um ideal de família cristã, monogâmica e heterossexual, assim como um amplo guarda-chuva de questões sobre infâncias e o debate de gênero nas escolas, direitos da população trans e do estabelecimento de políticas públicas pensadas com foco para a população LGBTQIA+, os patrulheiros morais, alcunha acentuada por Richard Miskolci (2021), lançaram-se na perseguição de tudo e todos que representavam um “fantasma” de destruição dos valores conservadores.

Embebidos por um espírito de perseguição, os patrulheiros invadiram a exposição e promoveram inumeráveis mensagens falsas pelas plataformas digitais — espaços nos quais sabem se organizar e compartilhar, o que lhes permite usar os algoritmos em favor próprio para usurpar o debate público sobre direitos humanos. Como se vê em um compilado de vídeos publicado no perfil do *YouTube* da revista *Veja* (Vejapontocom, 2017), o Movimento Brasil Livre (MBL) se direcionou à exposição e deturpou, com a conveniência que desejavam para aquele contexto, o sentido das obras de arte, acusando a exposição de ser uma promoção à pedofilia, às heresias e à zoofilia. O resultado das ações foi o encerramento da exposição pelo patrocinador Banco Santander. No entanto, como se deve resgatar, *Queermuseu* era uma iniciativa que reunia artistas que já expuseram em outras galerias e mostras, tais como Cândido Portinari, Adriana Varejão, Lygia Clark, entre tantos outros.

“Chamar atenção para sexualidades desviantes na arte é, antes de tudo, aproximar a produção artística da vida cotidiana e problematizar seu olhar a partir delas” (Trevisan, 2018, p. 554). Vale dialogar com esse olhar de João Silvério Trevisan ao passo que as artes que se voltam a tematização da sexualidade, dos gêneros, das diferenças, de um modo mais amplo, borram os limites das convenções normativas, intercalam elementos diversos para causar estranhamento, convocam a repensar os cursos da história. Com esse passo do papel das artes na cultura, tem-se uma alavancada nas denúncias de regimes opressores e de luta por direitos que resguardem condições de vida.

Embora não seja um movimento novo, haja vista que os diferentes setores organizados LGBTQIA+ sempre ocuparam os espaços das artes⁹

⁹ Até chegar aos ativismos que ganham força no século XXI, muitas produções artísticas crivadas por interesses de desestabilizar discursos hegemônicos e normativos resistiram às múltiplas tentativas de censura e apagamento. João Silvério Trevisan (2018) destaca o próprio filme que produziu, *Orgia ou o homem que deu cria*, censurado no contexto político em que insurgiu. As produções impressas do jornal *Lampião da Esquina* ou *Chana com Chana* representam trabalhos de resistência e de ativismo. Esses exemplos mostram para produções



(Trevisan, 2018), parece que, hoje, com outras linguagens, meios de comunicar e artifícios tecnológicos, ocorre uma amplificação das produções artivistas com mais proeminência. Vale frisar o alerta de Leandro Colling (2019) para a mobilização do termo ativismo, por vezes, de maneira simplificada. Por isso, neste artigo, aproxima-se de um diálogo e conceitualização de Leandro Colling (2018, 2019) para ativismos como uma cena cujos direcionamentos seguem para atos de subversão e resistência.

Entende-se aqui, portanto, que os ativismos devem ser compreendidos como um modo de visualizar movimentos que rompem fronteiras pelas artes e assinalam uma perspectiva crítica e política. A leitura de tal fenômeno não deve ser apreendida como um gesto de enquadramento e categorização com o qual se delimita um artista ou coletivo como ativismo; ao contrário, pelos ativismos, há uma potência de inquietação com a qual é possível evidenciar as diferenças e, com essa ação, provocar debates em prol de direitos fundamentais para a população LGBTQIA+, que, até hoje, em pleno regime democrático, precisa lutar, dia após dia, para sobreviver.

É interessante ressaltar, ainda, que os ativismos possuem características semelhantes. Leandro Colling (2018) elenca cinco pontos comuns que se mostram interessantes para uma visada de questionamento dos corpos, das sexualidades, dos modos de estar e viver no mundo, bem como de dar a ver vidas que não apareciam. Escreve o pesquisador que, apesar dos diferentes trabalhos, notam-se que os ativismos:

[...] 1) priorizam as estratégias políticas através do campo da cultura, em especial através de produtos culturais, pois os/as ativistas entendem que os preconceitos nascem na cultura e que a estratégia da sensibilização via manifestações culturais é mais produtiva; (2) criticam a aposta exclusiva nas propostas dos marcos legais, em especial quando essas estratégias e marcos reforçam normas ou instituições consideradas disciplinadoras das sexualidades e dos gêneros; (3) explicam as sexualidades e os gêneros para além dos binarismos, com duras críticas às perspectivas biologizantes, genéticas e naturalizantes; (4) entendem que as identidades são fluidas e que novas identidades são e podem ser criadas, recriadas e subvertidas permanentemente; (5) rejeitam a ideia de que, para

ficaram mais conhecidas no curso da história do Brasil. No entanto, é importante saber que outras tantas aconteceram e, por motivos moralistas, conservadores e repressivos, não alcançaram projeção ao nível de reconhecimento amplo.



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.9 e262634 [2024]
**Dossiê Experimentações culturais cotidianas,
diversidade, movimentos de resistência e
criação: ou sobre outras éticas, estéticas,
poéticas e políticas de vida**
<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262634>

serem respeitadas ou terem direitos, as pessoas devam abdicar de suas singularidades em nome de uma ‘imagem respeitável’ perante a sociedade (Colling, 2018, p. 161-162).

Sobre o primeiro tópico, há uma ligação com o entendimento de que as culturas estão envolvidas por processos interacionais, dinamismos e criatividade (Santos, 2006). Nesse sentido, questionar, ou melhor, estranhar a cultura como um gesto queer de apreensão expande as possibilidades de (re)significar as relações e os sujeitos, além de as artes conseguirem mover construções simbólicas que se apresentam como fixas e estigmatizantes (Louro, 2020). Diante de um conjunto de características que mira a fluidez e outras percepções para as identidades, os corpos e as experiências, o quinto tópico evidencia um contraste para a luta por direitos sem deixar cair nas armadilhas da cisheteronormatividade e dos essencialismos que visam biologizar a compreensão do ser humano. Trata-se, sobretudo, ao observar o cenário sociopolítico brasileiro, de interpelar as moralidades que tentam impugnar um debate público e social sobre as vidas LGBTQIA+¹⁰. Com avanços de pautas violentas entre parlamentares, tais como o desejo da extrema-direita política de impedir a existência de banheiros sem marcação de um gênero específico ou de retomar a proibição de uma união reconhecida como casamento entre pessoas do mesmo sexo, parece que a dinâmica dos ativismos consegue torcer a máquina conservadora a tal ponto que argumentos sustentados em preconceitos, achismos ou deturpações de sentido são expostos pelas próprias contradições internas dos movimentos políticos. Por tal motivo, este artigo intitula como ativismos contranormativos no sentido de perceber desordenamentos de uma pretensa coerência conservadora que visa, a partir de uma operação de caçar “fantasmas”, reiterar um senso moralizante cujo ápice culmina na morte de milhares de pessoas LGBTQIA+ no Brasil.

Aqui, vale citar o exemplo da iniciativa *Design Ativista*, do coletivo *Mídia Ninja*, presente, além do site, nas plataformas *Instagram*, *X (antigo Twitter)* e *LinkedIn*. Com postagens que visibilizam trabalhos de pessoas de diferentes geolocalizações, gera-se um movimento que irrompem o fluxo hegemônico, seja evidenciando questões sobre gênero e sexualidade ou sobre outras

¹⁰ É importante acentuar que o debate dos ativismos permite construir pontes democráticas e ampliar os questionamentos sobre diferentes ações que tentam impedir indivíduos e populações marginalizados na sociedade de terem direitos resguardados.



temáticas centrais para o debate público. Para além, com a circulação pelas plataformas, as produções aumentam as dimensões de alcance, podendo, assim, afetar inúmeros usuários das redes e provocar rupturas nos modos de reflexão. Um caso que ilustra a expansão e a articulação do *Design Ativista* se refere ao *Manifesto Visual | Design Contra Bolsonaro*¹¹ que registrou e, assim, marcou um ato na memória da política brasileira em que 300 designers, de vários países além do Brasil, expressaram críticas contra o governo em vigência à época, tais como os ataques presidenciais contra os direitos humanos, o descaso com os povos originários, o tratamento da necropolítica durante a covid-19 etc.

Além do exemplo acima, no cenário contemporâneo do ativismo brasileiro, têm-se nomes em diferentes setores das artes:

Na música, temos nomes que rapidamente se tornaram bem conhecidos nacionalmente, como Johnny Hooker, Liniker, Jaloo, Caio Prado, Rico Dalasam, MC Xuxu, Linn da Quebrada, As Bahias e a Cozinha Mineira. Mas também temos uma grande variedade de nomes menos conhecidos, como Luana Hansen, Simone Magalhães, Verônica Decide Morrer, Rosa Maria Codinome Rosa Luz, Transnitta, Hiran, Tiely Queen, Quebrada Queer, Danna Lisboa, Lulu Monamour, Triz e Ctrl+N. Na cena teatral, apenas para citar alguns, temos o Teatro Kunyn (São Paulo), As Travestidas (Fortaleza), ATeliê VoadOR e Coletivo das Liliths (Salvador) (Colling, 2019, p. 19).

Esses são alguns, entre muitos, exemplos citados por Leandro Colling (2019), o que dá a ver a profusão por meio da música, do cinema, da literatura, dos coletivos, do teatro e tantas outras materialidades artísticas. Nesse sentido, é possível apreender que as produções culturais ativistas são visualidades, em uma compreensão próxima de Gonzalo Abril (2007), entendendo-as como uma forma de compreender o mundo, produzir conhecimentos, um espaço construído subjetivamente em relações de poder. Logo, reconhecer a dinamicidade de tais visualidades é parte de um processo de entender as práticas sociais, as relações de poder e os processos comunicacionais interconectados pelos ativistas e em permanente atualização e abertura de significados.

¹¹ Publicado no site: <https://designcontrabolsonaro.org/>. Acesso em: 28 set. 2023.



Os ativismos ganham mais tónus contemporaneamente em razão do impulso do cenário digital. Para João Silvério Trevisan (2018), há uma redução dos custos de produção artística que aumentam os meios de resgate da história dos ativismos. Em uma mesma via de argumentação, Leandro Colling (2018) mostra que, com a tematização das vidas LGBTQIA+ em novelas e programas televisivos, por exemplo, são fornecidas aos ativismos possibilidades de rebater representações preconceituosas e estigmatizantes. Com esse horizonte de possibilidades tecnológicas, observa-se com Lucia Santaella (2008), que comunicações e artes têm processos intrincados por estarem envoltas de historicidades e atravessadas pela cultura digital no contemporâneo. Além de as tecnologias reconfigurarem os estatutos da arte, elas abrem caminhos para produções de outros e possíveis futuros a partir da exploração de dimensões espaço-temporais. No entanto, não se deve ter uma visão ingênua de que as plataformas horizontalizam os debates públicos. Ao contrário, são mecanismos regidos por interesses mercadológicos e algorítmicos de coleta de dados dos usuários, bem como são espaços por onde a direita conservadora se organiza com vigor para atingir a maior quantidade possível de usuários por meio de mensagens curtas, diretas e manipuladas (Miskolci, 2021).

Todavia, durante a pandemia de covid-19, por exemplo, em que uma das ações de controle da doença era o isolamento, as mídias e as plataformas digitais se tornaram o meio de comunicar, assim como de reivindicar por melhores condições de segurança e saúde. É nesse momento que exposições como *Queerentena Inspira e Expira*, disponíveis na plataforma *Google Arts&Culture*, ultrapassam a dimensão das telas e conectam artistas que viviam as precariedades do isolamento e tentavam, por meio da arte, apreender aquele período sócio-histórico atravessado por violências. Em aproximação ao repertório mobilizado na seção anterior, pode-se compreender que “esses saberes em interseção com a exposição nos apontam movimentos de levantamento cultural e político contra os regimes de dominação que nos afligem e ganham contornos mais densos durante a covid-19” (Vieira Filho; Desidério da Silva, 2023, p. 68).

Em um mundo no qual “perdemos o hábito do olhar que analisa, perscruta, observa” (Coli, 1995, p. 122), apostar nas artes e nos ativismos como vias de abertura de diálogo e de reivindicação por direitos humanos pode ser uma rota, que exige de todos atenção e compreensão dos contextos políticos e das situações em que as dissidências de gênero e sexualidade, mas



tantas outras diferenças, estão sob permanente ameaça no Brasil. Essa aposta indica que

a arte tem assim uma função que poderíamos chamar de conhecimento, de ‘aprendizagem’. Seu domínio é o do não-racional, do indizível, da sensibilidade: domínio sem fronteiras nítidas, muito diferente do mundo da ciência, da lógica, da teoria. Domínio fecundo, pois nosso contacto com a arte nos transforma. Porque o objeto artístico traz em si, habilmente organizados, os meios de despertar em nós, em nossas emoções e razão, reações culturalmente ricas, que aguçam os instrumentos dos quais nos servimos para apreender o mundo que nos rodeia (Coli, 1995, p. 109).

Logo, os produtos artísticos desenvolvidos e em sintonia com a cultura permitem uma visada das subjetividades, das afetações e de um movimento de insurgência. É com essa aposta que este artigo tenta argumentar para uma percepção dos direitos humanos LGBTQIA+, haja vista que, até então, o Brasil ainda é o país que mais mata a população LGBTQIA+ com requintes de crueldade, insuflados por discursos moralistas e conservadores, muitas vezes nomeados em uma figura divina, mas que escancaram a crueldade e os ódios que estruturam a história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conscientes de que os debates sobre direitos humanos para a população LGBTQIA+ no Brasil exigem visadas interdisciplinares, que expandam as apreensões para além da esfera jurídica como campo regulamentador, é importante ter cuidado na compreensão do cenário contemporâneo brasileiro e o passado recente (e ainda em ebulição) no país, o qual tem um rastro de historicidades patentes contra as diferenças. Desde 1999, Antônio Pierucci (2013) já fazia um alerta sobre a direita política no Brasil e o modo como se organizava em torno das “diferenças” com uma visada de conservadorismo e sociabilidade. Isso quer dizer que, para além de uma busca por uma tradição política conservadora, há o interesse de grupos alinhados a esse espectro em instaurar um determinado tipo de sociabilidade no qual se articulam relações sociais, estilo de vida e lutas culturais como forma de



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.9 e262634 [2024]
**Dossiê Experimentações culturais cotidianas,
diversidade, movimentos de resistência e
criação: ou sobre outras éticas, estéticas,
poéticas e políticas de vida**
<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262634>

reconhecer a diferença por meio do discurso de que “[...] os seres humanos não são iguais porque não nascem iguais e portanto não podem ser tratados como iguais” (Pierucci, 2013, p. 19). Dito de outro modo, esse discurso da modernidade trazido pela direita tenta camuflar o grande ideal desse espectro político: reconhecer a diferença em um sentido ontológico para, em seguida, negá-la, apagá-la e violentá-la, bem como se colocar em uma posição de estar em permanente ameaça, em destruição pelos “outros”, de que os ideais conservadores estariam sendo dispersados.

No Brasil, fundamentalmente a partir do golpe político de 2016 e na vitória eleitoral de um candidato, até então, inexpressivo politicamente, mas situado midiaticamente por discursos de ódio que ganharam fôlego e atraíram eleitorado, fez com que esse alerta dos anos 1990 se materializasse nas necropolíticas, no sentido trazido por Achille Mbembe (2018) de o poder promover a morte de alguns, ou seja, a hierarquização de mortes e de vidas. A gestão bolsonarista na presidência do Brasil acentuou como o poder se organizou para ser negligente, leviano e, por vezes, articulado nos menosprezos das precariedades de determinados grupos sociais. Com a pandemia de covid-19, a política das mortes que se instalou em vários países, mas com realce para o Brasil, coaduna com a afirmativa de Achille Mbembe (2018, p. 71) de que “[...] as formas contemporâneas que subjuguam a vida ao poder da morte (necropolítica) reconfiguram profundamente as relações entre resistência, sacrifício e terror”.

Em avanço aos argumentos de Richard Miskolci (2021), as práticas midiáticas e plataformizadas, nas quais a direita e a ultra-direita se arranjam, descortinam um alerta para a sociedade, que ganha ainda mais destaque com a emergência bolsonarista: para circular por esses espaços, atores políticos se valem da estratégia da desinformação, por meio de notícias falsas, manipuladas, memes e postagens curtas, diretas e discursivamente pensadas para criar aderência e sensibilidade em pessoas descontentes ou contrárias aos caminhos democráticos. Essa situação traz o entendimento de que “a automação da esfera pública se consolidou associada à criminalização da política, abrindo terreno para que alguns políticos se convertessem em empreendedores morais de ocasião” (Miskolci, 2021, p. 38). Logo, neste artigo, situamos, por exemplo, a organização para o impedimento, entre tantos casos, da exposição *Queermuseu*, em Porto Alegre, um ano antes da eleição presidencial. Ali, o Brasil ganhou páginas de terror ao passo que um conjunto de sujeitos e organizações se atira como o parâmetro moral conservador de



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.9 e262634 [2024]
**Dossiê Experimentações culturais cotidianas,
diversidade, movimentos de resistência e
criação: ou sobre outras éticas, estéticas,
poéticas e políticas de vida**
<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262634>

cujas ações se uniam pelo combate ao que denominaram por ideologia de gênero. Esse episódio, juntamente a tantos que geram ameaças à população LGBTQIA+ no país, pode ser lido com mais precisão como uma cruzada moral em que “[...] constituem grupos com visões próprias sobre os direitos humanos e que buscam limitar seu alcance à família heterossexual” (Miskolci, 2021, p. 58). Portanto, é um desejo de restringir os direitos e apagar a existência LGBTQIA+ de todo e qualquer espaço.

Neste artigo, com os olhares ancorados pelos estudos queer e decoloniais, entendidos como perspectivas capazes de questionar os sistemas normativos que regulam o mundo e se estruturam na cultura ocidental, consegue-se evoluir nas críticas aos binarismos e repensar as relações de poder prescritas pela modernidade. Trata-se, assim, de um transbordamento de fronteiras, tal como Maria Lugones (2014) sugere em um diálogo potente com os escritos de Gloria Anzaldúa (2010), que evoca a potência da encruzilhada. Tal metáfora permite olhar para diferentes caminhos abertos e construir outros tantos que sejam mais acolhedores.

Esses aportes teórico-políticos sinalizam como os corpos são significados no interior de uma cultura por meio das marcas aplicadas com valorações, ideais e classificações, conforme gênero, idade, sexualidade, raça, nacionalidade, etnia e tantas outras atribuições que caracterizam os corpos. Porém, há atualizações frequentes que mostram como os corpos escapam (Louro, 2020). “Para construir a materialidade dos corpos e, assim, garantir legitimidade aos sujeitos, normas regulatórias de gênero e de sexualidade precisam ser continuamente reiteradas e refeitas” (Louro, 2020, p. 82), ou seja, por serem criações sociais, existe potencialidade para transformá-las, transgredi-las, questioná-las. No entanto, há organizações e sujeitos que tentam discursivamente fazer valer o caráter performativo das normas no sentido de delimitar às pessoas a redoma dos binarismos, das categorizações e dos desvios, ações que se aglutinam no contexto brasileiro recente.

Como já mobilizado com João Silvério Trevisan (2018), a capacidade de criar é um instrumento das minorias com o qual se pode produzir e acionar percepções políticas sobre nós, nossos corpos e nossas reivindicações. Nesse sentido, a aposta é na arte como meio de denunciar as violações contra as pessoas LGBTQIA+ e de visibilizar outras possibilidades mais abertas, democráticas e possíveis ao mundo. Cabe ressaltar que, se a arte tem esse poder diante de nós e do mundo, será provavelmente perseguida por aqueles



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.9 e262634 [2024]
**Dossiê Experimentações culturais cotidianas,
diversidade, movimentos de resistência e
criação: ou sobre outras éticas, estéticas,
poéticas e políticas de vida**
<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262634>

que moralmente acreditam que a luta pela legitimidade das diferenças seja um ataque a si em nome de um deus, de um modelo conservador de família e de um interesse político camuflado de nacionalismo. Mesmo que aconteçam ações de censura, a insurgência de uma produção artística não é eliminada, nem mesmo as afetações desencadeadas em cada indivíduo. Por esse motivo, a arte pode ser um dos caminhos (mas não apenas o único) para organizar ativismos e debater a construção de direitos humanos para a população LGBTQIA+.

O ativismo, portanto, consegue unir e entrelaçar arte, política e diferenças — sejam elas de gênero ou sexualidade, ou, como propõe Rennan Mafrá e Ângela Marques (2019), perspectivas que irrompem o curso normativo de um mundo atravessado por ideais da modernidade europeia. Na via do pensamento de Leandro Colling (2018), os ativismos não são fenômenos recentes que eclodem socialmente.

No entanto, o que temos percebido com mais intensidade nos últimos anos é a emergência de outros coletivos e artistas que trabalham dentro de uma perspectiva das dissidências sexuais e de gênero e, ao mesmo tempo, explicitam suas intenções políticas, ou melhor, que criam e entendem as suas manifestações artísticas como formas distintas de fazer política, em especial quando contrapostas às formas mais ‘tradicionais’ usadas pelo movimento LGBT e feminista mainstream (Colling, 2018, p. 158).

O argumento do pesquisador traz ainda que, com as tecnologias e a abertura de possibilidades comunicacionais de criação, os artistas conseguem expandir o alcance. Saem dos museus e vão para as ruas e para as mídias. Essa assertiva indica um caminho importante de ser notado e tomado pela população LGBTQIA+ na constituição de um debate amplo e que seja pensado por nós. Neste artigo, um dos pontos debatidos foi a articulação nas plataformas pela direita de uma maneira que culminou em resultados como o resultado eleitoral de 2018. Movimentos progressistas devem se articular pelas plataformas como uma via de mobilização cujo foco seja a disseminação de informações verdadeiras e de amplificação das reivindicações das pessoas — jamais se deve ler essa perspectiva com inocência, pois vivemos em um país de desigualdades, de falta de acesso básico a direitos humanos, de esquecimento de pessoas que vivem precariedades cotidianamente em suas vidas. Além disso, como Leandro Colling (2018, p. 160) abre em seu texto,



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.9 e262634 [2024]
**Dossiê Experimentações culturais cotidianas,
diversidade, movimentos de resistência e
criação: ou sobre outras éticas, estéticas,
poéticas e políticas de vida**
<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262634>

[...] vivenciamos um período de subjetividades flexíveis, perversamente apropriadas pelo capitalismo, ao mesmo tempo em que forças conservadoras se articulam e retomam discursos de regimes ditatoriais e, no meio desse turbilhão, determinadas pessoas reagem, tentam produzir outras mensagens que, ao mesmo tempo, também não estão necessariamente imunes à lógica do capital sobre as suas produções pretensamente desestabilizadoras e subversivas (Colling, 2018, p. 160).

Os desafios que constituem o Brasil são inumeráveis para as páginas deste artigo e nem seria a pretensão de listá-los aqui. No entanto, é válido reiterar que a luta por direitos humanos LGBTQIA+ talvez consiga se articular também com as artes, como fazem artistas em todo o país, no sentido de projetar ao mundo visões e vozes que foram (e são) frequentemente invisibilizadas e descredibilizadas por políticas e discursos que se ancoram em moralidades, conservadorismos e ódio.

Por fim, é fundamental a consciência de que os direitos humanos LGBTQIA+ lutados no Brasil contemporâneo dizem crucialmente de condições básicas para uma vida — direitos que garantam condições seguras, educação, saúde, emprego, moradia... Essa situação evidencia que os passos dados enquanto sociedade ainda são lentos e repletos de obstáculos a serem enfrentados diariamente. Hoje, temos lideranças importantes que ocupam espaços de representação parlamentar como Duda Salabert e Erika Hilton, porém a luta é permanente, pois as consequências de tempos nefastos para a sociedade brasileira, vivenciados recentemente, permanecem em decorrência.

REFERÊNCIAS

Abril, Gonzalo. **Análisis crítico de textos visuales**: mirar lo que nos mira. 1. ed. Madrid: Síntesis, 2007.

Anzaldúa, Gloria. La consciencia de la mestiza/Rumo a uma nova consciência. In: Buarque De Holanda, Heloísa (Org.). **Pensamento Feminista**: conceitos fundamentais. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

Anzaldúa, Gloria. Viver nas fronteiras significa que você. **Mandrágora**, [S. l.], v. 16, n. 16, p. 113-114, 2010.



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.9 e262634 [2024]
**Dossiê Experimentações culturais cotidianas,
diversidade, movimentos de resistência e
criação: ou sobre outras éticas, estéticas,
poéticas e políticas de vida**
<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262634>

Avelar, Dani. **Brasil tem um projeto de lei antitrans por dia, e ‘efeito Nikolas’ preocupa**. Folha de S. Paulo [online], São Paulo, Poder, 20 mar. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/03/brasil-tem-um-novo-projeto-de-lei-antitrans-por-dia-e-efeito-nikolas-preocupa.shtml>. Acesso em: 1 abr. 2023.

Barretto Júnior, Walter. **Bolsonaro e seus seguidores**: o horror em 3.560 frases. 1. ed. São Paulo: Geração Editorial, 2022.

Butler, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: Louro, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019, p. 191-220.

Coli, Jorge. **O que é Arte**. 15. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

Colling, Leandro. A emergência dos ativismos das dissidências sexuais e de gêneros no Brasil da atualidade. **Sala Preta**, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 152-167, 2018.

Colling, Leandro. A emergência e algumas características da cena ativista das dissidências sexuais e de gênero no Brasil da atualidade. In: Colling, Leandro (Org.). **Ativismos das dissidências sexuais e de gênero**. 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2019, p. 11-40.

Foucault, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. 15. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2023.

Louro, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020.

Lugones, Maria. Rumo a um feminismo decolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3 p. 935-952, 2014.

Mafrá, Rennan Lanna Martins; Marques, Ângela Cristina Salgueiro. Organizações, modernidade e democracia na América Latina: diferenças desatualizadas e climas de estagnação. In: **XXVIII ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**, 28., 2019, Porto Alegre. Anais Compós 2019. Porto Alegre: Compós, 2019, v. 1, p. 1-20.

Mbembe, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. 1. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.9 e262634 [2024]
**Dossiê Experimentações culturais cotidianas,
diversidade, movimentos de resistência e
criação: ou sobre outras éticas, estéticas,
poéticas e políticas de vida**
<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262634>

Miskolci, Richard. **Batalhas morais**: política identitária na esfera pública técnico-midiatizadora. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

Nascimento, Rafael. **Operação Tarântula**: perseguição a trans e travestis completa 35 anos. IG Queer [online], [S. l.], 27 fev. 2023. Disponível em: <https://queer.ig.com.br/2023-02-27/Operação%20Tarântula:%20perseguição%20a%20trans%20e%20travestis%20completa%2035%20anos>. Acesso em: 1 abr. 2023.

Oyèwùmí, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. **African Gender Scholarship**: Concepts, Methodologies and Paradigms. CODESRIA Gender Series, [S. l.], v. 1, p. 1-8, 2004.

Pierucci, Antônio Flávio. **Ciladas da diferença**. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2013.

Quijano, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: Quijano, Aníbal. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. 1. ed. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005, p. 117-142.

Quinalha, Renan. **Movimento LGBTI+**: uma breve história do século XIX aos nossos dias. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

Santaella, Lucia. **Por que as comunicações e as artes estão convergindo?**. 3. ed. São Paulo: Paulus, 2008.

Santos, José Luiz dos. **O que é cultura**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

Trevisan, João Silvério. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

Vejapontocom. **Queermuseu**: A vitória das trevas. 2017. 1min58s, son., color. Disponível em: <https://youtu.be/3olr4VmVACA?si=Slib3VwS-EW5BREc>. Acesso em: 24 set. 2023.

Vieira Filho, Maurício João; Desidério Da Silva, Ricardo. Memórias e estranhamento na exposição Queerentena: subjetividades de corpos isolados pela pandemia e pela cisheteronorma. **Revista Passagens**, v. 14, n. especial, p. 55-72, 2023.

Submissão em 24 de abril de 2024.

Aceite em 23 de agosto de 2024.



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.9 e262634 [2024]
**Dossiê Experimentações culturais cotidianas,
diversidade, movimentos de resistência e
criação: ou sobre outras éticas, estéticas,
poéticas e políticas de vida**
<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262634>



Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição
4.0

Internacional. Texto da Licença:
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.9 e262634 [2024]
**Dossiê Experimentações culturais cotidianas,
diversidade, movimentos de resistência e
criação: ou sobre outras éticas, estéticas,
poéticas e políticas de vida**
<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262634>